



## Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

RUA DES. LEÃO NETO DO CARMO, 23 – PARQUE DOS PODERES

CAMPO GRANDE/MS

TEL. 2107-7037

CEP 79037-100

www.tre-ms.jus.br

SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA A SECRETARIA DO TRIBUNAL

### PROCESSO SELETIVO 2023

# CADERNO DE PROVAS

## DIREITO

#### INSTRUÇÕES:

- 1 - Escreva, de forma legível, no quadro abaixo, seus dados e os referentes ao seu curso e à instituição de ensino na qual está matriculado.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS em nenhuma hipótese será substituído e deve ser devidamente preenchido com os dados solicitados.
- 3 - DURAÇÃO DA PROVA: 3 (três) horas, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS. Nenhum candidato poderá ausentar-se do local de prova antes de decorrida 1 (uma) hora do seu início.
- 4 - Neste caderno as questões estão numeradas de 1 a 40, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS. É proibido o uso de borracha ou qualquer espécie de corretivo.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura ou na qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Prova, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular, etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente após uma hora de prova poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Prova, no momento de sua saída.
- 12 - Deverão ficar em sala os dois últimos candidatos para que entreguem juntos o cartão de respostas.
- 13 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Pesos
Conhecimentos Gerais (Português)	1 a 15	1
Conhecimentos Gerais (Noções de Informática)	16 a 20	1
Conhecimentos Específicos (Direito)	21 a 40	2

**Boa Prova!**

#### Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

CANDIDATO(A):	
DATA DE NASCIMENTO:	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO:	
CURSO:	
SEMESTRE::	TURNO:





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO

01/10/2023

CURSO: DIREITO

**PORTUGUÊS**

As questões 1, 2 e 3 devem ser analisadas de acordo com o contexto social, político e administrativo atual; as charges propostas podem não refletir exatamente a visão de mundo de seu autor ou a circunstância em que foram utilizadas, objetivando apenas o enfoque desta prova.

1. Considerando o contexto atual, analise os elementos verbais e não verbais da charge e marque a proposição adequada.



Charge de Roberto Nascimento. Disponível em: <https://blogdodelmanto.blogspot.com/2015/10/odeio-politica-anencefalia-generalizada.html>. Acesso em: 26 jul. 2023.

- a) O não envolvimento da população com a política não abre espaço para a composição de um governo tirânico.
- b) Os brasileiros sentem-se totalmente representados pelos políticos e por isso tendem a não discutir política.
- c) Os políticos bem-intencionados só tomam medidas orientadas por critérios técnicos, portanto, não há que se falar em medidas que prejudicam a população.
- d) Dizer que odeia política é, na verdade, uma forma de encobrir a falta de uma postura crítica e cidadã.
- e) O analfabetismo político é a principal causa para que toda a sociedade tenha a mesma opinião a respeito da política.

2. No dia da promulgação da Constituição Federal de 1988, Miguel Paiva publica a presente charge. Baseando-se na situação atual do país e nas informações extraídas da charge, assinale a proposição correta.



Crédito: Charge de Miguel Paiva, publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 05/10/1988.

- a) Por consequência da Constituição Federal de 1988, a distância entre pobres e ricos praticamente acabou.
- b) É um fato natural da vida termos pessoas ricas e pessoas pobres.
- c) Aponta para a contradição entre realidade social e garantias legais.
- d) Os governos são responsáveis, apenas por elaborar leis que acabam com a miséria e a fome.
- e) A prescrição constitucional e a imagem e diálogos contidos na charge são coerentes entre si, ou seja, nem todos tem acesso irrestrito a moradia, saúde, alimentos etc., os chamados direitos sociais.

3. O grande marco das conquistas das pessoas com deficiência foi 1981, com a instituição do “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” (nomenclatura da época). Uma década depois, as Nações Unidas proclamaram o dia 3 de dezembro como Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Diante desse cenário, analise a charge e as alternativas abaixo e marque a correta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO

01/10/2023

CURSO: DIREITO



Charge de Ricardo Ferraz. Disponível em:  
<https://diversa.org.br/artigos/uma-data-para-renovacao-de-compromisso-e-crenca/>. Acesso em: 27 jul 2023.

- a) A sociedade deve dizer não à diversidade.
- b) É tempo de desconstruir 'pré-conceitos' e construir uma sociedade inclusiva.
- c) A sociedade inclusiva é destruída pela educação.
- d) É tempo de a sociedade inclusiva propor um novo idioma para o Brasil, já que as regras gramaticais são pouco utilizadas pelas pessoas com menor escolarização.
- e) A sociedade inclusiva precisa propor alterações nas regras gramaticais.

Leia o texto a seguir e responda às questões 4, 5, 6 e 7.

### Paisinhos ou paisezinhos?

Mais uma vez, leitores do G1 criticam a posição intransigente de algumas bancas organizadoras de concursos. Hoje é a vez de Alberto José Rodrigues Coré, de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Vejamos o que ele nos escreveu:

"Eu e vários candidatos estamos sendo prejudicados por essa prática no concurso Petrobrás 02-2010, no qual não foi anulada uma questão. Foram enviadas dezenas de recursos, em que se utilizavam, em sua maioria, as dicas aqui postadas pelo prof. Sérgio Nogueira.

A questão é simples. A Cesgranrio afirma que existe a palavra "paisezinhos", e o prof. Sérgio Nogueira, numa das suas Dicas aqui no G1, afirma que o plural correto é

PAISINHOS. Nos recursos, foram apresentadas outras fontes, mas a Cesgranrio não anulou a questão.

Em todas as pesquisas feitas, não achei nada que justifique o plural "paisezinhos". Temos também o apoio de um site especializado em gramática e em correção de provas de concursos, que também afirma que a tal questão deveria ser anulada."

Vamos aos fatos.

Para a formação do plural de palavras no diminutivo, temos duas regrinhas:

1ª) Com o sufixo -INHO, basta pôr a desinência "s":

livro+inho = livrinho > livrinhos;

caixa+inha = caixinha > caixinhas;

2ª) Com o sufixo -ZINHO, devemos pluralizar a palavra primitiva, cortar o "s" e colocá-lo no final:

papel+Zinho > papei(s)+Zinho+s = papeizinhos;

balão+Zinho > balõe(s)+Zinho+s = balõezinhos.

No caso de PAISINHO, devemos aplicar a primeira regra, pois o sufixo é -INHO (país+inho = paisinho). Assim sendo, o plural correto é PAISINHOS. Assim como acontece com casa+inha = casinhas; lápis+inho = lapisinhos.

O plural "paisezinhos" é um equívoco, que eu próprio o cometi nos meus primeiros livros, mas isso já foi corrigido há muito tempo. Se aceitarmos "paisezinhos", teremos de aceitar também "lapisezinhos", "tenisezinhos" e outras aberrações.

O que mais me impressiona no caso é o radicalismo dos componentes da banca da Cesgranrio. Isso me espanta, pois conheci aquela casa na década de 80, quando lá prestei alguns serviços.

Também me causa espanto a "gramatiquice" cobrada na prova. Não que eu seja contrário às questões que envolvam aspectos gramaticais.

Não defendo a velha gramática normativa, mas também não sou professor do tipo





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO

01/10/2023

CURSO: DIREITO

que aceita tudo ou qualquer coisa. A moderação sempre me fez bem. Detesto radicalismos, seja de direita ou de esquerda. Sempre fui contra os concursos que só cobravam gramática como se isso medisse a capacidade do candidato de escrever e de compreender o que lê. Sempre defendi a produção de texto, as questões de interpretação e de compreensão de texto, mas nunca fui contra a presença de questões que envolvessem aspectos gramaticais práticos, como ortografia, concordância, uso do acento indicativo da crase, uso dos verbos e dos pronomes...

Nas minhas Dicas de Português, publicadas aqui no G1, só fui radical num aspecto: a presença de questões polêmicas em nossos concursos. Isso é covardia. O candidato não precisa saber que o autor A aceita um plural e que o autor B aceita duas formas de plural. É uma questão subjetiva, pois professores, estudiosos, mestres e até doutores têm o direito de divergir, de ver a língua portuguesa sob ângulos diferentes.

Sejamos mais flexíveis. Não apenas na visão da nossa língua, mas, principalmente, na vida.

NOGUEIRA, Sérgio. **Paisinhos ou paisezinhos?** G1, 13 abr. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/blog/dicas-de-portugues/post/paisinhos-ou-paisezinhos.html>. Acesso em: 19 jul. 2023.

4. A palavra 'gramatiquice', de acordo com o texto, deve ser interpretada como:

- a) A junção de gramática com chatice.
- b) Conjunto de regras e prescrições para orientar o uso correto da língua.
- c) Forma que iguala a variante culta com a variante coloquial da língua.
- d) Rigor excessivo; considera apenas aspectos da gramática normativa e a variante culta de maneira descontextualizada.

e) nenhuma alternativa está correta.

5. Para o autor, a gramática normativa:

- a) Deve ser banida do ensino e da aprendizagem.
- b) Só deve ser cobrada em concursos públicos.
- c) Deve e pode ser cobrada, mas com moderação, também considerando outros aspectos de inteligência de textos, por exemplo.
- d) É uma questão subjetiva.
- e) Depende de cada professor, afinal eles não podem divergir, pois a gramática normativa é um 'código' que não pode ser alterado.

6. A discussão que motivou a elaboração do texto foi:

- a) A intransigência da banca Cesgranrio sobre a formação de plural de palavras no diminutivo, não acatando um recurso apresentado por participante de um concurso público.
- b) O recurso apresentado pelo participante do certame da Petrobras, o qual anulou a questão em debate sobre a formação de plural no diminutivo.
- c) O equívoco que o próprio autor já cometeu em outros livros, entretanto já os corrigiu.
- d) O radicalismo do autor e sua contrariedade à cobrança de aspectos gramaticais.
- e) Foi o inconformismo do candidato, mesmo ficando evidente que a formação 'paisezinhos' é legítima e deveria ter sido considerada pela banca.

7. A base para apresentação do recurso pode ser verificada nos seguintes aspectos:

I – Houve vários candidatos que se insurgiram contra a decisão da banca,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO**

**01/10/2023**

**CURSO: DIREITO**

evidenciando que não foi um posicionamento isolado.

II – O autor (prof. Sérgio Nogueira) é favorável à posição apresentada pelo recorrente: o candidato Alberto José Rodrigues Coré.

III – Além do apoio do autor, os recorrentes também se embasam em um site especializado em gramática e correção de provas de concurso além de outras pesquisas.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Estão corretas as assertivas I e II.
- c) Estão corretas as assertivas I, II e III.
- d) Está correta apenas a assertiva II.
- e) Está correta apenas a assertiva II.

**GRAMÁTICA**

8. Segundo o novo acordo ortográfico, assinale a única alternativa em que o uso do hífen está inadequado:

- a) Neorrealismo, ultrassom, contrassenso.
- b) Super-homem, anti-higiênico, pré-história.
- c) Contra-ataque, inter-racial, micro-ondas.
- d) Coeditor, coautor, coordenação.
- e) Co-operar, précozido, semterra.

9. Marque a alternativa que indique a ordem que preenche corretamente as lacunas:

- I. Os Estados Unidos \_\_\_\_ participar desses \_\_\_\_ jogos \_\_\_\_ olímpicos.
  - II. O Pessoal do trabalho não \_\_\_\_ de você.
  - III. \_\_\_\_ duas pessoas para completar o time.
- a) vai – gostaram – Basta.
  - b) vai – gostou – Basta.
  - c) vão – gostou – Bastam.
  - d) vão – gostaram – Bastam.

e) vai – gostou – Bastam.

10. Assinale a opção que completa as frases de forma correta.

- São vários os motivos \_\_\_\_ não compareci ao debate.
  - Diga, pois, o \_\_\_\_.
  - \_\_\_\_? Estava cansado \_\_\_\_ o trabalho é intenso quando as eleições se aproximam.
- a) por que, porquê, por quê, porque.
  - b) por que, porquê, por quê, porquê.
  - c) porque, por que, por que, por quê.
  - d) porque, porque, por que, por quê.
  - e) por que, porque, por que, por quê.

11. Quanto ao fenômeno fonético da crase, analise as assertivas abaixo:

I. É a contração ou junção do artigo ‘a’ com a preposição ‘a’;

II. O acento indicativo de crase se chama ‘agudo’;

III. Haverá crase no ‘a’ inicial dos demonstrativos aquele(s), aquela(s) e aquilo sempre que houver um verbo ou nome que exija a preposição ‘a’.

IV. A crase envolve, além de um substantivo feminino determinado, a regência da preposição ‘a’.

V. O uso da crase antes do pronome possessivo feminino é obrigatório.

- a) Estão corretas as frases II, III e V
- b) Estão erradas as frases I, III e IV
- c) Estão corretas as frases I, III e IV
- d) Estão corretas as frases II, IV e V.
- e) Todas as frases estão corretas.

12. Assinale a opção que completa corretamente as lacunas com os pronomes eu e mim.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO**

**01/10/2023**

**CURSO: DIREITO**

I) Aquele livro era para \_\_\_\_ ler; o pendrive tinha músicas para \_\_\_\_ escutar

II) Entre \_\_\_\_ e ela sempre houve afeto.

III) É para \_\_\_\_ guardar ou vender? Por que você trouxe isso para \_\_\_\_?

a) mim, eu, eu, mim, mim

b) eu, eu, mim, mim, eu

c) eu, eu, mim, eu, eu

d) mim, eu, mim, eu, eu

e) eu, eu, mim, eu, mim

13. Está correta a grafia de todas as palavras da seguinte alternativa:

a) ultraje, capichaba, giz, mexer.

b) baroneza, exceções, finalizar, batizar.

c) caçetete, cuscus, facínora, piscina.

d) rodízio, fluorescente, discípulo, atrás.

e) vexame, confuzo, colxa, dossente.

14. Sobre a vírgula:

a) O sujeito pode vir separado do predicado por vírgula.

b) Não se usa vírgula junto com a conjunção 'e' quando ela coordena ou liga os elementos de uma enumeração, que pode ser formada por substantivos, pronomes, orações etc.

c) Os vocativos devem vir, facultativamente, separados por vírgula.

d) Não é obrigatório o uso de vírgulas antes de orações coordenadas sindéticas explicativas.

e) Não é obrigatória a vírgula para assinalar o apostrofo.

15. Em relação às frases abaixo e as concordâncias nominais e verbais, considere V para verdadeiro e F para falso:

I. Colheres e garfos douradas;

II. Tu e ele foste os últimos a cruzar a linha de chegada.

III. É proibido a visitação depois das 14h.

IV. Havia cadeiras amarelas no saguão.

a) Todas as alternativas estão incorretas.

b) Apenas a alternativa IV está correta.

c) Apenas a alternativa III está correta.

d) Apenas as alternativas II e IV estão incorretas.

e) Todas as alternativas estão corretas.

**INFORMÁTICA**

16. Assinale a alternativa que representa corretamente a seguinte defini o: são os componentes eletr nicos, mecânicos, elétricos, fios, cabos, placas e dispositivos físicos de um computador.

a) Software

b) Sistema operacional

c) Formata o

d) Hardware

e) Aplicativos

17.   um atalho utilizado na maioria dos sistemas da plataforma operacional Microsoft Windows para executar a opera o de colar no local selecionado um conteúdo ou arquivo que foi previamente copiado:

a) Alt + Tab

b) Ctrl + C

c) Ctrl + X

d) F11

e) Ctrl + V

18. No Microsoft Word,   uma fun o que permite exibir uma página ou documento antes de enviá-lo para uma impressora, ajudando a ver como o material impresso final ficará. Trata-se do recurso chamado:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO**

**01/10/2023**

**CURSO: DIREITO**

- a) Impressão rápida
- b) Mala Direta
- c) Visualização de impressão
- d) Imprimir
- e) Zoom de uma página

19. No Microsoft Excel, deseja-se criar uma planilha onde a quantidade mensal de processos judiciais distribuídos é disposta na coluna B, partindo da linha 2 até a linha 13, onde cada linha representa um mês, no intervalo de janeiro a dezembro. Para que a planilha realize o somatório de todas as quantidades inseridas nas linhas e coluna mencionadas acima, deve-se inserir, na célula B14, a seguinte fórmula:

- a) =SOMA(B2:B13)
- b) SOMATORIO(B2-B13)
- c) SOMA(A2:A13)
- d) =B2:B13
- e) =SOMATORIO(C2:C13)

20. Com relação ao correio eletrônico (email) considere as seguintes proposições:

I - É possível anexar mais de um arquivo, de diferentes tipos de extensão, a uma mensagem de e-mail.

II - O campo CC serve para informar contatos que receberão uma cópia do email, e estes contatos não poderão ver quais serão as outras pessoas que também receberão o e-mail.

III - O termo SPAM é utilizado para designar as mensagens eletrônicas não solicitadas e enviadas, normalmente, para um grande número de pessoas, sendo recomendável, ao recebê-las, clicar nos links e conteúdos que elas apresentam para verificar a segurança dos mesmos.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas
- b) II, apenas

- c) II e III, apenas
- d) I e II, apenas
- e) I, II e III

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**DIREITO**

21. Com relação à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I – O tratamento de dados pessoais não se aplica para fins da propaganda eleitoral durante as eleições.

II – A lei se aplica às organizações públicas e privadas que realizem o tratamento de dados pessoais por meio de qualquer operação como por exemplo na coleta, utilização, armazenamento e compartilhamento.

III – A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia técnica e decisória, com patrimônio próprio e sede e foro no Distrito Federal.

IV – Algumas das sanções administrativas previstas na lei podem ser aplicadas por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais.

- a) todas as alternativas estão incorretas
- b) II, III e IV estão corretas
- c) II e III estão corretas
- d) III e IV estão corretas
- e) todas as alternativas estão corretas

22. Marque a alternativa correta segundo o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940):

- a) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- b) Diz-se que o crime é tentado quando iniciada a ação, não se consuma por





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO**

**01/10/2023**

**CURSO: DIREITO**

circunstâncias alheias à vontade do agente.

c) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da execução, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

d) É pena restritiva de direitos a proibição de frequentar determinados lugares.

e) Extingue-se a punibilidade pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação penal condicionada à representação.

23. Quanto aos crimes da Parte Especial do Código Penal, marque a alternativa incorreta:

a) Peculato é um tipo penal que só pode ser praticado por funcionário público.

b) O crime de corrupção passiva consiste no fato de o agente solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

c) O crime de resistência consiste no fato de opor-se à execução de ato ilegal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.

d) O crime de corrupção ativa consiste no fato do agente oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

e) Os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral são de ação penal pública incondicionada.

24. Quanto à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB 88) e, ainda, o disposto no texto constitucional, analise as assertivas abaixo e assinale V,

se verdadeiras, ou F, se falsas, e marque a alternativa correta:

I – No que diz respeito ao conteúdo, a forma, ao modo de elaboração e a origem, a CRFB 88 pode ser classificada, respectivamente, como formal, escrita, dogmática e democrática.

II – É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

III – Para concorrerem à reeleição, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Pre-feitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

IV – O cargo de Senador da República é privativo de brasileiro nato.

a) F, V, V, V

b) V, V, F, F

c) V, V, V, F

d) V, V, V, V

e) F, F, V, V

25. Analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas, e marque a alternativa correta:

I – Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade qualquer partido político, desde que seja devidamente registrado junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

II – Ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes, mas o CNJ não é um órgão pertencente à estrutura do Poder Judiciário.

III – A junta eleitoral é um órgão colegiado provisório pertencente à estrutura da Justiça Eleitoral e costuma ser constituída durante a realização dos pleitos eleitorais.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO**

**01/10/2023**

**CURSO: DIREITO**

IV – Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.

- a) V, V, V, F
- b) V, F, V, V
- c) F, V, V, V
- d) F, F, V, V
- e) V, V, F, F

26. Nos termos do art. 120, § 1.º, da Constituição Federal, os Tribunais Regionais Eleitorais serão compostos, exceto:

- a) de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;
- b) de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;
- c) de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;
- d) por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
- e) de um juiz do Tribunal Regional do Trabalho com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz do trabalho, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional do Trabalho respectivo.

27. Sobre as operações do cadastro eleitoral, é incorreto afirmar:

- a) A transferência será realizada quando a pessoa desejar alterar seu domicílio eleitoral, em conjunto ou não com eventual retificação de dados ou regularização de inscrição cancelada, e for encontrado em seu nome, em município diverso ou no exterior, número de inscrição regular, suspensa ou, se cancelada, por motivo que permita sua reutilização.

b) Para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município.

c) Será exigida comprovação documental do vínculo informado para a finalidade de fixação do domicílio eleitoral, inclusive para pessoas pertencentes a comunidades indígenas ou quilombolas, bem como pessoas em situação de rua.

d) O alistamento será realizado quando a pessoa requerer inscrição e em seu nome não for identificada inscrição em nenhuma zona eleitoral do país ou no exterior; ou a única inscrição localizada em seu nome estiver cancelada por determinação de autoridade judiciária.

e) Será realizada a operação de revisão quando a pessoa necessitar alterar o local de votação no mesmo município, ainda que não haja mudança de zona eleitoral; retificar os dados pessoais; ou, nas hipóteses em que for permitida a reutilização do número de inscrição, regularizar a situação de inscrição cancelada.

28. Nos termos do art. 8.º da Lei n. 9.504/1997, a escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de \_\_\_\_\_ do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação.

- a) 10 a 30 de junho
- b) 20 de julho a 5 de agosto
- c) 5 a 15 de agosto
- d) 20 de julho a 15 de agosto
- e) 20 de junho a 5 de julho



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO**

**01/10/2023**

**CURSO: DIREITO**

29. De acordo com a atual jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, para configuração de fraude à cota de gênero que deve ser apurada mediante Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) ou Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), são indícios relevantes, exceto:

- a) Número significativo de desistências de candidatas mulheres, especialmente de candidatas familiares de candidatos e de dirigentes partidários.
- b) Prestações de contas padronizadas.
- c) Realização, por mulheres candidatas, de campanhas para as candidaturas alheias.
- d) Repasse desigual de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha pela Direção Partidária entre as candidatas mulheres.
- e) Votação pífia de candidatas mulheres.

30. Sobre as ações eleitorais assinale a alternativa incorreta:

- a) O prazo de cinco dias, previsto no art. 3º da LC nº 64/90, para o Ministério Público impugnar o registro inicia-se com a sua intimação pessoal e não com a publicação do edital.
- b) Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político.
- c) Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.

d) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

e) No processo de registro de candidatos, não tendo o juiz aberto prazo para o suprimento de defeito da instrução do pedido, pode o documento, cuja falta houver motivado o indeferimento, ser juntado com o recurso ordinário.

31. Assinale a alternativa incorreta quanto aos princípios Administração Pública:

- a) A administração só pode fazer o que é permitido por lei (Legalidade).
- b) Os atos da Administração Pública não são imputáveis a um agente específico, devendo-se priorizar o interesse público (Impessoalidade).
- c) A Administração não pode se distanciar da moral, para que as decisões e atos sejam também pautados pela honestidade, boa fé e lealdade, além da legalidade. (Moralidade).
- d) Não é preciso publicar os atos da administração pública para não ferir os interesses privados (Legalidade).
- e) A Administração Pública deve atender efetivamente às necessidades da população, sempre buscando o melhor resultado a um menor custo. (Eficiência)

32. Assinale com (V) para Poder Vinculado ou (D) para Poder Discrecionário nas sentenças:

- ( ) José excedeu o limite de velocidade e por isso o agente público deve cobrar o exato valor fixado na lei de trânsito.
- ( ) Permissão de uso da calçada para lanchonete colocar mesas no final de semana.
- ( ) Nomeação de cargo em comissão.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO**

**01/10/2023**

**CURSO: DIREITO**

( ) Aposentadoria compulsória da Sra. Eleonora, excelente servidora, ao completar 75 anos de idade.

Assinale a alternativa correta:

- a) V, V, D, V
- b) V, D, D, V
- c) D, D, D, V
- d) V, V, V, V
- e) D, D, D, D

33. Assinale a alternativa correta quanto aos órgãos da administração pública.

- a) O Banco do Brasil é uma sociedade de economia mista e, portanto, faz parte da administração Pública indireta.
- b) O Tribunal de Justiça do Estado, por se tratar de fundação, integra a administração pública indireta.
- c) As sociedades de economia mista integram a administração pública direta.
- d) Autarquias não precisam de lei específica para serem criadas.
- e) Presidência da República e ministérios são órgãos da administração pública indireta.

34. O TRE/MS pretende realizar licitação, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) para contratação de empresa especializada para construção de prédio onde funcionará o Cartório Eleitoral em município X do interior do estado. Para tanto terá que realizar o procedimento licitatório na modalidade:

- a) Pregão
- b) Dispensa de licitação
- c) Concorrência
- d) Convite
- e) Tomada de Preços

35. Assinale a alternativa incorreta quanto às hipóteses de Dispensa de licitação.

- a) Pode ser utilizada para contratações com valores inferiores a R\$ 100.000,00, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
- b) Pode ser utilizada nos casos de emergência ou calamidade pública e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade.
- c) Pode ser utilizada para aquisição de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondente.
- d) para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência.
- e) Pode ser utilizada aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos;

36. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - o nascituro pode receber doação sem prejuízo do recolhimento do imposto de transmissão *inter vivos*;
- II - a pessoa com deficiência é legalmente capaz, em observância ao princípio da dignidade da pessoa humana;
- III - admite-se o princípio da pluralidade domiciliar para a pessoa natural;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO**

**01/10/2023**

**CURSO: DIREITO**

IV - a interpretação do negócio jurídico prescinde da boa-fé, dos costumes e das práticas de mercado.

- a) F, F, V, V
- b) F, V, V, F
- c) V, V, V, F
- d) V, F, F, V
- e) V, V, F, F

37. Assinale a alternativa correta:

- a) Não corre a prescrição não estando vencido o prazo e pendente condição suspensiva.
- b) Fato que deva ser apurado no juízo criminal não obsta a incidência de prescrição antes da sentença definitiva.
- c) A interrupção da prescrição poderá ocorrer até 3 (três) vezes, e faz recomeçar do zero o lapso temporal.
- d) A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveita aos demais.
- e) Simples protesto cambiário não interrompe a prescrição, segundo a Súmula STF 153.

38. Em se tratando dos pronunciamentos do juiz, assinale a alternativa incorreta:

- a) O despacho é um pronunciamento sem caráter decisório, associado a atos necessários para o desenvolvimento do procedimento.
- b) A decisão interlocutória é qualquer pronunciamento decisório que não seja a sentença.
- c) Os atos ordinatórios, que independem de despacho, devem ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.
- d) O acórdão é a decisão interlocutória ou final proferida por um órgão colegiado.

e) Independente do conteúdo decisório e do gravame, o despacho e a decisão interlocutória são irrecorríveis.

39. Da petição inicial constará, exceto:

- a) O juízo a que é dirigida e não o juiz, em vista do caráter impessoal do Poder Judiciário.
- b) As partes e sua qualificação, para a individuação dos sujeitos processuais.
- c) Os fatos constitutivos do direito do autor e os fundamentos jurídicos do que se pede.
- d) Um pedido que não necessariamente indique a pretensão jurisdicional, haja vista o caráter consultivo do Poder Judiciário.
- e) O valor da causa, ainda que calculado de forma estimativa.

40. Assinale a alternativa correta quanto à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11):

- a) Órgãos e entidades públicas devem promover a divulgação de informações de interesse geral em local de acesso seletivo.
- b) O Estado garantirá o direito de acesso à informação em linguagem que observe regras e padrões linguísticos de elevado rigor.
- c) A identificação do requerente, a especificação da informação requerida, a justificativa do pedido e a anuência da chefia imediata precisam acompanhar o pedido de acesso à informação.
- d) O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito.
- e) Informações sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos por agentes públicos serão objeto de restrição de acesso.